

BICICLETAS CALOI S.A.
Companhia Aberta - CCGMF, Nº 56.994.924/0001-05 - NIRC Nº 35 3 0004949 7
ATA DAS ASSEMBLÉIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADAS DE 07 DE MAIO DE 1993

Aos 07 (sete) dias do mês de maio de 1993, às 15:00 horas, na sede social, na Av. Guido Caloi nº 1.331, nesta Capital de São Paulo, SP, reuniram-se os acionistas em Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária, representando mais de 2/3 (dois terços) das ações ordinárias escriturais com direito a voto, para deliberarem e votarem a ordem do dia a seguir mencionada, assim como, titulares de ações sem direito a voto, presente também o sr. Márcio Martins Villas (CRC/SP-91.842), representante dos auditores independentes, Trevisan Auditores Independentes. Havendo quorum, conforme se verifica do livro "presença de acionistas", na forma estatutária assumiu a presidência da mesa diretores os trabalhos o sr. Bruno Antonio Caloi, Diretor Presidente, que convidou a mim, Leuro Siliu Yonekura, para Secretário. Constituiu a direção da mesa de trabalhos e verificou o cumprimento das formalidades legais e estatutárias, o sr. Presidente declarou instalada a Assembléia Geral Ordinária e determino-me a leitura do seguinte edital de convocação, publicado nos jornais O Estado de S. Paulo, O Globo e Diário Oficial do Estado de São Paulo, edições de 29 e 30.04.93 e 01.05.93, do seguinte teor: "BICICLETAS CALOI S.A. - Companhia Aberta - CCGMF Nº 56.994.924/0001-05 - NIRC Nº 35 3 0004949 7 - CONVOCAÇÃO ASSEMBLÉIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA - São convocados os senhores Acionistas para se reunirem em Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária, na sede social, na Av. Guido Caloi nº 1.331, bairro de Santo Amaro, nesta Capital de São Paulo, no dia 07 de maio de 1993, às 15:00 horas, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: A) ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA - a) leitura, discussão e votação do Relatório da Administração, do Balanço Patrimonial e das Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 1992; b) aprovação da correção monetária do capital realizado, no montante de R\$ 338.808.662,447,34 (trezentos e trinta e oito milhões, oitocentos e oito mil, quatrocentos e sessenta e dois mil, quatrocentos e quarenta e sete cruzeiros e trinta e quatro centavos), nos termos do art. 167 da Lei nº 6.404/76, e sua incorporação ao capital social, com a consequente alteração estatutária; c) aprovação da atualização monetária do valor do capital social autorizado, de R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de cruzeiros) para R\$ 1.875.000.000,00 (um bilhão, oitocentos e oitenta e cinco milhões de cruzeiros), nos termos do art. 6º, parágrafo 1º do Estatuto Social; d) eleição ou reeleição dos membros do Conselho de Administração, para o triênio 1993/1996; e) fixação dos respectivos honorários; f) fixação da remuneração da Diretoria Executiva para o triênio 1993/1996; g) aprovação da distribuição de dividendos à razão de R\$ 6,00 (seis cruzeiros) por ação, no total de R\$ 20.580.000,00 (vinte milhões, quinhentos e oitenta mil reais de cruzeiros), corrigidos monetariamente até a data de início dos pagamentos; h) aprovação da destinação do saldo de lucros acumulados à disposição da assembléia, para atender política de investimentos para 1993; h) outros assuntos de interesse social; B) ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - a) aumento do capital social realizado, mediante utilização da Reserva Legal, no montante de R\$ 3.977.736.137,00 (três bilhões, novecentos e setenta e sete milhões, setecentos e trinta e seis mil, cento e trinta e sete cruzeiros) e de parte dos Lucros Acumulados, no montante de R\$ 2.213.601.415,66 (dois bilhões, duzentos e treze milhões, seiscentos e um mil, quatrocentos e quinze cruzeiros e sessenta e seis centavos), elevando-o para R\$ 375.000.000,00 (trezentos e setenta e cinco milhões de cruzeiros), sem emissão de novas ações, com a consequente alteração estatutária; b) alteração parcial do estatuto social, dando novas redações aos artigos: b.1 - art. 3º (introduzindo novos produtos no objetivo social); b.2 - parágrafo 5º do art. 10 (em função de nova designação de diretores); b.3 - art. 12 (em função de proposta de extinção de designações de diretores, exceto o de Diretor Presidente); b.4 - art. 13 (extinção da designação do diretor); c) aprovação do desdobramento de ações, com a emissão de 13.720.000,00 (treze milhões, setecentos e vinte mil) ações, sem valor nominal, a serem distribuídas aos acionistas, na proporção de 4 (quatro) ações novas para cada ação, da mesma espécie e classe possuída, passando o capital social a ser representado por 17.150.000,00 (dezessete milhões, cento e cinquenta mil) ações; sem valor nominal, todas elas escriturais, com a consequente alteração estatutária; d) outros assuntos de interesse social. São Paulo, 27 de abril de 1993. BRUNO ANTONIO CALOI - Diretor Presidente." Na abertura dos trabalhos da Assembléia Geral Ordinária, o sr. Presidente esclareceu a todos os presentes que, por absoluta impossibilidade de formalização regulamentar, esta Assembléia foi convocada para o dia de hoje, extrapolando em alguns dias a data limite tradicional, de forma tal, porém, a inocular qualquer transtorno ou dano a quem quer que fosse, como poderá ser comprovado no transcorrer dos trabalhos. Assim, dando início à ordem do dia, letra "a", o sr. Presidente disse que o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial e respectivas Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas, e Parecer dos Auditores Independentes, peças essas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 1992, haviam sido publicados na íntegra nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo e O Estado de S. Paulo e, resumidamente, no jornal O Globo, edições todas de 02.04.93, assim como, todos os papéis e documentos a eles relativos estiveram à disposição dos senhores acionistas, conforme avisos publicados através dos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo e O Estado de S. Paulo, edições de 30 e 31.03.93 e 01.04.93. Esclareceu que as contas da Diretoria Executiva já haviam sido aprovadas pelo Conselho de Administração, com base no parecer dos Auditores Independentes. Cópias desses documentos estavam sobre a mesa, à disposição dos interessados. Após a discussão da matéria e respectiva votação, foram aprovadas as contas da administração referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 1992, com a abstenção de voto dos administradores presentes. Passando à letra "b" da ordem do dia, foi aprovada a correção monetária do capital realizado, nos termos do art. 167 da Lei nº 6.404/76, no importe de R\$ 338.808.662,447,34 (trezentos e trinta e oito milhões, oitocentos e oito mil, quatrocentos e sessenta e dois mil, quatrocentos e quarenta e sete cruzeiros e trinta e quatro centavos), cujo valor foi incorporado ao capital social realizado por deliberação da Assembléia Geral Extraordinária que se realizou em seguida e na qual se dispôs sobre incorporação de outro valor ao mencionado capital. Em sequência, passou-se à letra "c" da ordem do dia, tendo a assembléia geral aprovado o aumento do capital social autorizado, de R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de cruzeiros), elevando-o, na forma estatutária e arredondado o seu valor, para R\$ 1.875.000.000,00 (um bilhão, oitocentos e oitenta e cinco milhões de cruzeiros) e igualmente aprovada, como consequência, a seguinte nova redação do parágrafo 1º, do art. 6º do Estatuto Social: "Parágrafo 1º - A sociedade poderá aumentar o capital social, independentemente de reforma estatutária, até o valor de R\$ 1.875.000.000,00 (um bilhão, oitocentos e oitenta e cinco milhões de cruzeiros), o qual será anualmente corrigido pela Assembléia Geral Ordinária, com base nos índices legais. A quantidade, por espécie e classe de ações emitidas, será determinada pelo órgão que deliberar sobre o aumento do capital social." Continuando com a letra "d" da ordem do dia, foram eleitos os seguintes membros para compor o Conselho de Administração, com mandato para o triênio 1993/1996: para o cargo de Presidente, sr. BRUNO ANTONIO CALOI, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 985.183 (SSP/SP) e CPF/MF nº 011.434.258-04, residente e domiciliado nesta Capital de São Paulo, SP, na Rua 10 de Novembro nº 255, Chácara Fiori, para o cargo de Vice-Presidente, sr. BRUNO ANTONIO CALOI, brasileiro, casado, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 6.000.946 (SSP/SP) e CPF/MF nº 035.091.698-59, residente e domiciliado nesta Capital de São Paulo, SP, na Rua França nº 396, Jardim Europa; e, para cargos de Conselheiros: sr. IRACY AMBROSIO CALOI, brasileiro, casado, sociólogo, portador da cédula de identidade RG nº 828.253 (SSP/SP) e CPF/MF nº 000.583.568-27, residente e domiciliado nesta Capital de São Paulo, SP, na Rua 10 de Novembro nº 255, Chácara Fiori; sr. ROBERTO JOSÉ RUST, brasileiro, casado, do comércio, portador da cédula de identidade RG nº 8.558.162 (SSP/PR) e CPF/MF nº 221.736.337-91, residente e domiciliado no Rio de Janeiro, RJ, na Rua Marquês de Olinda nº 61, apto. 302, 3º Bloco, Botafogo; sr. GERSON VINICIUS ABAD ROMANI, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 3.262.378 (SSP/SP) e CPF/MF nº 520.070.498-72, residente e domiciliado em Mooca, SP, na Rua das Palmeiras nº 189; e o sr. MAURO DOMINGOS DE ANDRADE, brasileiro, casado, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 11.183.954 (SSP/SP) e CPF/MF nº 166.737.789-20, residente e domiciliado em Manaus, AM, na Rua A nº 21 - conj. Aristocrata, Chapada; mediante honorários de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros) para cada membro e para cada reunião a que comparecerem, observado o disposto "in fine" do art. 7º do Estatuto Social. Os membros do Conselho de Administração tomaram posse em seus cargos, mediante assinatura do respectivo termo lavrado no livro "Copiador de Atas do Conselho de Administração", independentemente de prestação de caução. Passando à letra "e" da ordem do dia, foi fixada a remuneração mensal da Diretoria Executiva, e ser eleita ou reeleita para o triênio 1993/1996 pelo Conselho de Administração, no valor global de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais de cruzeiros), reajustável de acordo com a política salarial da sociedade. A remuneração de cada diretor será fixada em reunião da Diretoria Executiva. Em seguida, passando ao item "f" da ordem do dia, o sr. Presidente declarou que, o Conselho de Administração, acolhendo

proposta da Diretoria Executiva, colocava em discussão e deliberação da assembléia geral, a proposição de distribuição de dividendos no montante de R\$ 20.580.000,00 (vinte milhões, quinhentos e oitenta mil reais de cruzeiros), à razão de R\$ 6,00 (seis cruzeiros) por ação, e serem pagos corrigidos monetariamente. Esclareceu o sr. Presidente que o montante dos dividendos acima mencionados abrange, também, um lote de 3.480.000 (três milhões, quatrocentos e sessenta mil) ações preferenciais escriturais, da classe "B", registradas em Tesouraria da sociedade, cujos dividendos devem ser excluídos dos cálculos e pagamentos, restando, assim, a quantidade líquida de 3.428.540.000 (três bilhões, quatrocentos e vinte e oito milhões, quinhentas e quarenta mil) ações aptas a receber o dividendo unitário de R\$ 6,00 (seis cruzeiros), perfazendo o novo montante de R\$ 20.559.240.000 (vinte milhões, quinhentos e cinquenta e nove milhões, duzentos e cinquenta mil reais de cruzeiros). Deverá, também, a assembléia geral, determinar o índice de correção dos dividendos. Amplamente discutida a matéria e verificada a sua viabilidade, foi aprovada a distribuição de dividendos aos senhores acionistas, independentemente da espécie ou classe das ações, proporcionalmente e conforme a quantidade possuída, com exclusão das em Tesouraria, que serão corrigidos para efeito de pagamento, utilizando-se como fator de correção a URV - Unidade Fiscal de Referência, tomando-se como data-base inicial da correção, o dia 1º de janeiro de 1993 e como data-base final, a entevéspera da data que a Diretoria Executiva fixar como sendo a do pagamento, no máximo em 60 (sessenta) dias, admitida carência técnica. Este órgão fica investido dos poderes de coordenação do cumprimento dessa providência, devendo fazer, oportunamente, prévia e esclarecedora divulgação aos acionistas. Continuando com a letra "g" da ordem do dia, o sr. Presidente colocou em discussão a destinação do saldo de lucros acumulados de sociedade à disposição da assembléia, para o fim de atender a política de investimentos da sociedade para o ano de 1993. Após os debates e esclarecimentos dados, foi a matéria aprovada, tendo a assembléia recomendado à Diretoria Executiva, que a liberação e aplicação de verbas previstas nos cronogramas de investimentos se façam com a cautela que a situação econômico-financeira do país determinar, nas respectivas ocasiões. Em seguida, em cumprimento ao item "h" da ordem do dia, o sr. Presidente franqueou a palavra a quem quisesse se manifestar sobre outros assuntos de interesse social. Alguns acionistas titulares de ações preferenciais da classe "B", sem direito a voto, reunidos, invocaram o disposto no art. 161, parágrafo 2º, da Lei nº 6.404/76, pedindo a instalação pela assembléia geral, do Conselho Fiscal, que nesta Companhia não é de funcionamento de modo permanente. O sr. Presidente solicitou que fossem somadas as respectivas ações, a fim de verificar se o percentual mínimo previsto em lei fora preenchido, de forma a atender às formalidades legais e estatutárias. Totalizaram as respectivas ações a quantidade de 37.850.000 (trinta e sete milhões, oitocentas e cinquenta mil), que corresponde a 1,78% (um mil e setenta e oito centésimos por cento), cifra inferior ao mínimo previsto (5%) no mesmo parágrafo normativo, motivo pelo qual o plenário da assembléia rejeitou o pedido. Novamente franqueada a palavra aos presentes, como ninguém mais se manifestou, foi declarada esgotada a ordem do dia da Assembléia Geral Ordinária. Assim, o sr. Presidente, com a mesma presença de acionistas e a mesma mesa diretores dos trabalhos, declarou instalada a Assembléia Geral Extraordinária. Iniciando com a letra "a" da ordem do dia, o sr. Presidente disse encontrar-se sobre a mesa proposta do Conselho de Administração versando sobre aumento do capital social realizado. Após os debates e esclarecimentos sobre o assunto, a Assembléia aprovou o aumento do capital social realizado de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros) para R\$ 375.000.000,00 (trezentos e setenta e cinco milhões de cruzeiros), mediante incorporação ao capital social realizado das seguintes verbas: a) Reserva de Correção Monetária do Capital Social Realizado - R\$ 338.808.662,447,34; b) Reserva Legal - R\$ 3.977.736.137,00; e c) parte de Lucros Acumulados - R\$ 2.213.601.415,66; totalizando o aumento - R\$ 345.000.000,00 (trezentos e quarenta e cinco milhões de cruzeiros) - sem emissão de novas ações, importando o novo capital social realizado, totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 375.000.000,00 (trezentos e setenta e cinco milhões de cruzeiros), ficando, também, aprovada a seguinte nova redação do "caput" do art. 6º do Estatuto Social: "Caput" - O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 375.000.000,00 (trezentos e setenta e cinco milhões de cruzeiros), representado por 3.430.000,00 (três bilhões, quatrocentos e trinta milhões) de ações sem valor nominal, sendo: - 1.297.718.490 ordinárias, - 11.244.520 preferenciais da classe "A", e - 2.121.038.990 preferenciais da classe "B", todas elas escriturais, mantidas e controladas em contas de depósito de ações escriturais em instituição depositária autorizada a manter serviços de ações, sem emissão de certificados, de conformidade com os arts. 34 e 35 e respectivos parágrafos, da Lei nº 6.404/76." Passando à letra "b" da ordem do dia, o sr. Presidente destacou a constante dinâmica societária, de forma que, como já fora recomendado e aprovado pelo Conselho de Administração, propunha as seguintes novas redações aos seguintes, do Estatuto Social: "Art. 3º - A sociedade tem por objeto a indústria e o comércio de bicicletas, motocicletas, motocicletas, motocicletas, ciclomoteres, triciclos, quadriciclos, brinquedos, aparelhos para ginástica e ortopedias, carrinhos de tração manual, veículos com e sem mecanismos de propulsão; aparelhos eletro-domésticos, aparelhos eletro-eletrônicos; artefatos, motos (jet ski) e motores para uso náutico e marítimo; peradores de força, motores elétricos e a explosão; óleos lubrificantes ou combustíveis; bem como, suas peças, acessórios ou quaisquer tipos de componentes; e exportação ou importação desses produtos; e intermediação de negócios e a representação comercial dentro e fora do País; a instituição e exploração de eventos esportivos ou de outra natureza; a instituição, contratação e execução de consórcios de produtos; a exploração da marca "CALOI", inclusive através de cessão remunerada, mediante o lançamento comercial de quaisquer produtos de fabricação própria ou de terceiros, notadamente para designar produtos destinados à prática esportiva ou à simples recreação. Art. 10 - (inalterado) Parágrafo 5º - Os eleitos para Presidente e Vice-Presidente do Conselho, serão, como membros natos, eleitos Diretor-Presidente e Diretor, da Diretoria Executiva. Somente "caput" dos artigos, inalterados respectivos parágrafos; Art. 12 - A Diretoria Executiva será composta de 7 (sete) membros, eleitos pelo Conselho de Administração, acionistas ou não, para os cargos de Diretor Presidente e Diretores, com mandato de três anos, podendo ser reeleitos. Em suas funções ou impedimentos temporários, o Diretor Presidente poderá ser substituído pelo Diretor - membro nato, que houver sido eleito Vice-Presidente do Conselho de Administração. Art. 13 - A Diretoria Executiva deliberará em conjunto sobre todos os assuntos da sociedade, observando as atribuições e responsabilidades de cada Diretor, devendo sempre encaminhar ao Conselho de Administração, através de qualquer Diretor, tudo aquilo que caber ao referido Conselho decidir. Poste a matéria em discussão e votação, verificou-se ter sido ela aprovada por unanimidade dos presentes. Dando sequência aos trabalhos, o sr. Presidente passou ao item "c" da ordem do dia, que trata da aprovação do desdobramento de ações, com a emissão de 13.720.000,00 (treze milhões, setecentos e vinte mil) ações sem valor nominal, a serem distribuídas aos acionistas, na proporção de 4 (quatro) ações novas para cada ação, da mesma espécie e classe possuída pelo acionista, passando o capital social a ser representado por 17.150.000,00 (dezessete milhões, cento e cinquenta mil) ações, sem valor nominal, todas elas escriturais. Discutidos todos os detalhes, a repercussão e os benefícios que advirão dessa providência, aprovaram os acionistas o desdobramento proposto, bem como, a nova redação do "caput" do seguinte artigo do Estatuto Social: "Art. 6º - O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 375.000.000,00 (trezentos e setenta e cinco milhões de cruzeiros), representado por 17.150.000,00 (dezessete milhões, cento e cinquenta mil) ações, sem valor nominal, sendo: - 6.488.582.450 ordinárias, - 56.222.000 preferenciais da classe "A", e - 10.605.194.950 preferenciais da classe "B", todas elas escriturais, mantidas e controladas em contas de depósito de ações escriturais em instituição depositária autorizada a manter serviços de ações sem emissão de certificados, de conformidade com os arts. 34 e 35 e respectivos parágrafos, da Lei nº 6.404/76." Em seguida, o sr. Presidente passou ao item "d" da ordem do dia, e os senhores acionistas não se manifestaram sobre outros assuntos gerais. Como nada mais havia para ser tratado ou discutido, o sr. Presidente declarou encerrados os trabalhos e suspendeu a sessão pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Após essa lavratura, a ata foi lida, aprovada e assinada pelos Acionistas presentes na reabertura dos trabalhos, na forma legal. As matérias aqui deliberadas e aprovadas o foram por unanimidade dos acionistas votantes presentes, com a abstenção dos impedidos por lei, e não foram submetidas ao Conselho Fiscal, tendo em vista que esse órgão não está em funcionamento. São Paulo, 07 de maio de 1993. BRUNO ANTONIO CALOI - Presidente da Mesa; Leuro Siliu Yonekura - Secretário da Mesa; Márcio Martins Villas - Representante da Trevisan Auditores Independentes. Acionistas: ass. Bac Círculo Empreendimentos e Participações Ltda. ass. Gile Empreendimentos e Participações Ltda. ass. Bruno Antonio Caloi. ass. Bruno Antonio Caloi Junior. ass. p. Iracy Ambrósio Caloi, Bruno Antonio Caloi Junior. ass. Ricardo Caloi. ass. José Vicente Messiano. ass. Mancy Caloi Stinchi. ass. Leuro Siliu Yonekura. ass. Maria Amélia Caloi Barreto. ass. Emir Nicolau Capez. ass. Pegasus Fundo de Investimento - Capital Estrangeiro. ass. Antonio Bizerro da Neto Neto. ass. Mera Hilda Caloi Gossion Jorge. ass. Mauro Domingos de Andrade. ass. Gerson Vinicius Abad Romani. ass. Roberto José Rust. A presente ata foi dada fiel do original. São Paulo, 07 de maio de 1993. BRUNO ANTONIO CALOI - Presidente da Mesa. LAURO SILIU YONEKURA - Secretário da Mesa. Visto: PAULO CESAR LEITE OROSCO - Advogado - OABSP. 95.259.

SÃO PAULO INDÚSTRIA GRÁFICA E EDITORA S/A
C.G.C./M.F. Nº 61.592.498/0001-68
ATA DAS ASSEMBLÉIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 30.04.93

Aos 30 dias de abril de 1993, na sede social da SÃO PAULO INDÚSTRIA GRÁFICA E EDITORA S/A, Rua Barão de Ladário, 226, em São Paulo - Capital, em assembléia geral ordinária, às 17h, e a extraordinária às 17:30h, reuniram-se acionistas representando a totalidade do capital social, presentes as pessoas exigidas por Lei, tendo sido aprovado o seguinte, por proposta da diretoria: a) as demonstrações financeiras e demais documentos referidos no art. 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 1992, publicados no D.O.E. e no D.C.I. desta data; b) a correção da expressão monetária do capital social do exercício, no montante de R\$ 14.314.665.988,39; c) o aumento do capital social de R\$ 1.267.500.000,00 para R\$ 15.000.000,00 com o aproveitamento de R\$ 13.732.500.000,00, parte do saldo da conta "Correção Monetária do Capital Realizado". E consequente alteração do art. 3º do estatuto social: "Art. 3º - O capital social, integralmente realizado, é de R\$ 15.000.000,00, dividido em 250.000 ações ordinárias e 500.000 preferenciais sem direito a voto, nominativas e de valor nominal de R\$ 20.000,00 cada uma. Não há lucros ou dividendos a distribuir. Todas as votações ocorreram por unanimidade, observadas as abstenções previstas em lei. Nenhuma dissidência, protesto ou declaração de voto. Os documentos referidos nesta ata e/ou submetidos à assembléia foram numerados seguidamente e autenticados pela mesa para arquivamento na companhia. Erolia Egla Rosaura Buccolo D'Agostino - Presidente da Mesa, Maria Lucia D'Agostino Barale, secretária, Erolia Egla Rosaura Buccolo D'Agostino, Walter Oswaldo Buccolo D'Agostino, Nelson Alfredo Buccolo D'Agostino e José Rubens Buccolo D'Agostino - Acionistas. A presente é cópia fiel do original. a) WALTER OSWALDO BUCCOLO D'AGOSTINO, Secretário da Justiça e Defesa da Cidadania - Junta Comercial do Estado de São Paulo. Cartório e registro sob o nº 82.458/93-5 em 31.05.93. Jenny Rebello Lopes - Secretária Geral.

CARLE E MONTANARI DO BRASIL S.A. C.G.C. (M.F.) Nº 49.733.173/0001-08 - NIRC Nº 35300000102 - Ata de AGE - 13.05.93 - Aos 13.05.93, às 10:00 hs, na Sede Social da Companhia, reuniram-se em AGE os acionistas da Carle e Montanari do Brasil S.A., representando a totalidade do Capital Social, conforme se verifica pelas assinaturas, constantes do Livro de Presença de Acionistas. De acordo com as disposições legais e estatutárias, assumiu a Presidência dos trabalhos o Sr. João Pedro Pacheco, que convidou a mim o Sr. Wilens Steves Raposo, para Secretário. Dispensadas as convocatórias prévias por edital, conforme Art. 133 e 144 da Lei 6.404/76. Discutida e votada a matéria, abstendo-se de votar os legalmente impedidos, deliberam os acionistas presentes aprovarem por unanimidade de votos o seguinte: Deliberação Única: Aproveitar a renúncia de cargo de Diretor, do Sr. Danilo Rangel Rocha, sendo substituído internamente até a AGE de 1993, o Sr. João Pedro Pacheco, Brasileiro, divorciado, administrador de empresas, residente e domiciliado à Rua Pamplona, nº 391 - apto. 72, na cidade de São Paulo, portador da cédula de identidade RG nº 5.153.891 e do CPF (M.F.) 572.911.288-20, na mesma condição de remuneração do exercício anterior. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente mandou lavrar esta Ata, que depois de lida e achada conforme foi por todos os presentes aprovada. João Pedro Pacheco - Presidente da Mesa e Wilens Steves Raposo - Secretário - Acionistas: p.p. Carle e Montanari Internacional (Holding) BV - Unirunt Cons. Adm. e Serv. Ltda., João Pedro Pacheco p. Oene Participações e Assessorias Ltda. Sr. José Alfredo Fernandes Neves e Tjong Hiong Oei, p. Unirunt Cons. Adm. e Serv. Ltda. Sr. João Pedro Pacheco e p. Empresa Senadora Territorial Agrícola S.A., Sr. Tjong Hiong Oei, SP - 13.05.93. João Pedro Pacheco - pres. mesa, Wilens Steves Raposo - secr. JUCESP nº 78.478/93-5 em 24.05.93. Jenny Rebello Lopes - Secretária Geral.

COMPANHIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES DE BARUERI
EDITAL TOMADA DE PREÇOS Nº 002/93

TRANSCRIÇÃO DA ADJUDICAÇÃO: Fica adjudicada a Tomada de Preços acima mencionada, que tem por objeto: Fornecimento de aproximadamente 145 cestas básicas mensais pelo período de um ano, a favor de firma: COMERCIAL JOÃO APOSTOLU LTDA., CARLOS RICARDO - DIRETOR PRESIDENTE

EMBRAP - Empresa Brasileira de Pesquisa S/C Ltda.
Prestação de Serviços de Pesquisas e Recadastramento Imobiliário. R. Leante Maciel, 1.830-Torre 2 - 7º andar - 88B-Pindamonhangaba - SP. Cap. Soc. R\$ 110.000,00, sendo 50% para o Sr. Benedito Maciel e 50% para o Sr. Benedito Maciel e 50% para o Sr. Benedito Maciel. Para os demais sócios: Maurício Cunha Pombo, José Márcio Montovani, Geraldo Marina Campos Jr., Carlos Cesar de Souza, Jonilson Alves da Aguiar.

Sul América Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil - C.G.C. 01.278.894/0001-49 - Extrato da AGE realizada em 07.04.93, às 10:00 hs: Local: sede social à Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 1.830-Torre 2 - 7º andar (parte)-SP. Presença: totalidade; Mesa: Presidente-Rony Castro de Oliveira Lyrio; Secretário-Domingos Carrelli Netto; Deliberações aprovadas por unanimidade: 1 - Contas do exercício de 1992, publicadas no DOESP e DCI de 05.03.93; 2 - Correção Monetária do capital no valor de R\$ 66.945.426.836,39 e sua capitalização, elevando-se o capital de R\$ 5.918.877.599,96 para R\$ 72.764.304.436,35; 3 - Alteração do "caput" do art. 5º do Estatuto Social: "Art. 5º - O capital social é de R\$ 72.764.304.436,35 (Setenta e dois milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, trezentos e quatro mil, quatrocentos e trinta e seis cruzeiros e trinta e cinco centavos), dividido em 2.400 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 1.440 em ações ordinárias e 960 em ações preferenciais"; 4 - Não distribuição de dividendos; 5 - Eleição da Diretoria para biênios 93/94: Diretor Presidente - Rony Castro de Oliveira Lyrio, brasileiro, advogado, RG. 955.949-3 e CPF. 347.139.807-49; Diretor - Samuel Monteiro dos Santos Júnior, brasileiro, advogado, OAB 42.122 e CPF. 032.621.977-34, ambos residentes no RJ; Diretor - Joaquim Felipe de Andrade Cavalcanti, brasileiro, segurado, RG. 1.933.179, CPF. 289.884.007-63, e Diretor - Domingos Carrelli Netto, brasileiro, engenheiro, RG. 2.936.410, CPF. 039.286.408-67, ambos residentes em SP; 6 - Pagamento de honorários para Diretoria, no biênio 93/94, de R\$ 1.400.000,00, sendo que o saldo não utilizado, será corrigido. Nada mais, lavrou-se a Ata. Acionistas: Sash Comércio Exterior Ltda. - Joaquim Felipe de Andrade Cavalcanti e Sul América Empreendimentos Comerciais S.A. - Rony Castro de Oliveira Lyrio e Samuel Monteiro dos Santos Júnior. Extrato do original. S. Paulo, 07/04/93. a) Domingos Carrelli Netto - Secretário - JUCESP 82.525/93-6 em 31/05/93. Jenny R. Lopes - Sec. Geral.